

Dornelles enfrenta Congresso

Exposição do ministro nesta quarta-feira define relação entre poderes

PROTA NETO Da Editoria de Economia

A exposição do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, nesta quarta-feira, na Câmara dos Deputados, definirá o "marco" das relações entre o Congresso Nacional e o setor econômico do Governo. Até agora o Ministro falou por iniciativas — como o projeto Sulbrasileiro — e por vozes interpostas — como seus encontros com membros dos partidos do Governo no Congresso ou nos ministérios.

Agora, o confronto será direto e, por isso, as expectativas estão preocupando mais os meios político-parlamentares do que o próprio Executivo. Deputados e senadores vêm na aproximação da ala econômica com o Parlamento mais uma tática de cooptação do que um processo de co-gestão econômica. Tanto membros dos partidos do Governo quanto daqueles que estão fora do poder temem pelo preço político-eleitoral que poderão ser chamados a pagar por essa co-participação nas decisões finais da administração econômica.

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) chama essa co-participação de "risco de cumplicidade". O deputado Prisco Viana (PDS-BA) diz-se alerta para os perigos de um governo sem oposição no Parlamento. O deputado Flávio Marcílio (PDS-CE) promete que ainda este mês reiniciará a campanha pelo retorno às

prerrogativas do Congresso, com o que a co-participação poderá se transformar num campo da tomada de iniciativas e não apenas de reformulações e emendas. O deputado Ralph Biase (PMDB-SP) fala que, a partir do depoimento de Dornelles, à comissão que ele preside (de Economia), deverá intensificar o debate econômico, inclusive, e, se necessário, já a partir de quarta-feira, solicitando elementos esclarecedores adicionais a Dornelles.

Nos círculos parlamentares mais afinados com a questão econômica há a coleta de dois tipos de intenção para o futuro próximo: alterar a legislação, reforçando a presença e o poder do Congresso em temas econômico-financeiros (para assim enfatizar-se na área político-social); e dotar o Congresso de meios técnicos e profissionais suficientes para cumprir a missão. Quanto aos temas, há dois deles que sintetizam toda a perplexidade do Congresso face à administração econômica: as divisões interna e externa. Os parlamentares sabem que, do modo como o Executivo se define sobre esses dois temas, também estará definindo o perfil, o modelo e o figurino do todo econômico: inflação, salários e emprego — e, para eles, mais ou menos votos.

Hoje não se ouve mais nenhuma ênfase no Congresso pregando ou defendendo a moratória da divi-

da externa. Mas cresce o número daqueles que falam na necessidade do Governo fixar um teto (vinculado ao valor das exportações: entre 25% e 30%) de pagamentos anuais de juros. O que sobrar (e os cálculos estão em US\$ 60 bilhões, em cinco anos) seria utilizado na reativação da economia — portanto mais empregos, melhores salários, inflação mais baixa, e, assim, mais votos. Esses parlamentares começam a se indagar sobre como o presidente Sarney poderá, em tais termos, renegociar a dívida sem uma componente política. Sobre esse aspecto, a presença do ministro Dornelles nesta quarta-feira, na Câmara, não deverá definir o quadro. Mas há uma crença dentro de alguns círculos do PMDB (e uma certa dose de preocupação em alguns do PFL), de que, quanto mais soberano, ativo e independente se mostrar o Congresso no caso da dívida externa, melhores condições o Presidente terá de cobrar do FMI um espaço por mais desenvolvimento (e, portanto, aperto mais suave).

Esses parlamentares apontam para o que acontece nos Estados Unidos, onde as relações econômicas externas se fazem com base no respeito às definições de conflito entre Executivo e Legislativo. Em termos de administração da dívida interna, o temor é de que a exposição de Dornelles seja tão-só uma convocação para participar da

parte mais difícil e onerosa da gestão econômica, deixando a formulação das políticas econômicas positivas para a Esplanada dos Ministérios e o Palácio do Planalto.

As propostas do Ministro para combater o déficit público (Cr\$ 53 trilhões) são todas carregadas de efeitos secundários perversos — ou seqüelas. Mesmo a mistura e a combinação dessas políticas não favorecem um quadro que possa ser político e eleitoralmente favorável. Cortar ainda mais despesas, como reza a proposta 1, pode significar mais recessão, desaquecimento, menos emprego. Aumentar a dívida pública (emitindo mais títulos) significa invalidar parte da tática para redução dos juros e, a longo prazo, representa apenas um exercício de empurrar o problema com a barriga. Mais emissão de dinheiro (que não seja para uma atividade como a agricultura) implica mais inflação etcétera e tal. Fica, finalmente, a quarta proposta: aumento da carga tributária — e isso não precisa de nenhum comentário adicional.

Definidos os temas, há a segunda intenção: a de equipes. Deputados e senadores lembram que não são obrigados a conhecer temas específicos sobre os quais têm que decidir. Entre eles, os econômicos. Mas todos eles estão dispostos a reconhecer que precisam de assessoria qualificada.